

GRUPO PARLAMENTAR



## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1123/XIII/3ª

### RECOMENDA AO GOVERNO QUE SALVE E VALORIZE O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL CORTICEIRO DA FÁBRICA ROBINSON EM PORTALEGRE

As duas imponentes chaminés da Fábrica Robinson, hoje em risco de ruir, dão ao longe, as boas vindas aos visitantes de Portalegre e são, no meio da torre de menagem do Castelo e das torres sineiras da Sé Catedral, dois ícones que diferenciam esta cidade de muitas outras da região, projetando o papel que desempenhou de "capital industrial do Alentejo".

A Fábrica Robinson, indústria corticeira, é um elemento importantíssimo da história de Portalegre desde o século XIX. A identidade desta cidade do Norte Alentejo está indubitavelmente marcada por um passado industrial muito ativo, no qual a indústria corticeira Robinson, a par com a dos lanifícios, teve um papel determinante.

A atividade industrial corticeira em Portalegre teve início em 1837 com a instalação de uma pequena unidade fabril de um grupo de industriais ingleses. Dez anos depois, em 1847, com a instalação do industrial George Robinson neste concelho alentejano, por razões que derivam da sua localização estratégica, esta indústria regista um desenvolvimento determinante.

Este desenvolvimento colocou a corticeira Robinson não só na história industrial de Portalegre, mas também na do Alentejo e do País: pelo recurso a uma matéria-prima oriunda de um recurso endógeno (o montado de sobro); pela sua transformação em produtos que entram nas nossas casas (as rolhas, o isolamento, etc.); pelo papel pioneiro que a Robinson ocupou na inovação industrial, com a introdução de maquinaria e técnicas de ponta; pela qualidade da sua produção, reconhecida pela medalha de Mérito Industrial atribuída em 1908, pelo Rei D. Carlos e, mais tarde, pela projeção que alcança nos mercados internacionais, fabricando os primeiros componentes em cortiça para o vaivém da NASA e ainda, pelo papel social de contornos ímpares que assumiu.

O legado patrimonial da Fábrica Robinson, na qual chegaram a laborar mais de dois mil trabalhadores, inclui um valiosíssimo património imaterial, associado à história de vida dos seus trabalhadores, ao movimento operário, ao cooperativismo e associativismo. Aqui tiveram origem as primeiras associações de operários, o primeiro sindicato corticeiro, a primeira corporação de bombeiros, a primeira cooperativa de consumo, a primeira creche e ainda as primeiras publicações periódicas. A Robinson, e os seus trabalhadores, entram também para o cartaz do cinema português, ao serem cenário e figurantes de uma obra cinematográfica de relevo histórico: "Até

Amanhã Camaradas".

A Fábrica Robinson representa assim muito mais do que um património arqueológico industrial, já de si valioso e classificado como de "interesse público", constituindo ainda um traço identitário indelével da história e memória de Portalegre e de gerações de portalegrenses. Resta agora fazer com que esta riqueza e especificidade patrimonial assumam o seu potencial de alavanca para o desenvolvimento e futuro da cidade, do concelho e da região, e contribuindo desta forma para promover a coesão territorial do país.

O encerramento definitivo da Fábrica Robinson, em 2009, mergulhou Portalegre numa profunda depressão. Hoje este é o segundo concelho com a maior taxa de desemprego do distrito, o mais despovoado do país e dos mais envelhecidos. Com o fim da atividade fabril e perante um incumprimento da missão da Fundação Robinson, de zelar por este património e valorizá-lo, estamos hoje perante um dramático estado de abandono. Diversos estudos e projetos com o objetivo de recuperar e valorizar este património foram ficando na gaveta e as instalações e respetivo recheio foram-se degradando de uma forma assustadora. Chegamos ao ponto de, hoje em dia, a sua salvaguarda estar dependente do estado do clima ou de outras ameaças! Não há mais tempo a perder!

Urge dar passos concretos para impedir a iminente perda do património físico existente, é um dever!

Urge garantir que a memória laboral que representa seja preservada e perpetuada para o futuro, é uma justiça!

Urge assegurar que este património contribua para o melhoramento do conhecimento, em áreas tecnológicas e ambientais e outras, é um desafio!

Urge concretizar as intenções, diversas vezes anunciadas, de revitalização e regeneração dos sete hectares do espaço Robinson, localizado em pleno centro da cidade, é fundamental para devolver a autoestima à cidade e aos portalegrenses!

No espaço destes últimos dois anos, Os Verdes não pouparam esforços para alertar e apelar à intervenção das entidades responsáveis pelo nosso património e pela nossa identidade coletiva, para a salvaguarda da Robinson. Pela voz dos Verdes, a Robinson chegou ao Presidente da República, ao Ministro da Cultura, a esta Casa. À nossa voz junta-se agora a dos mais de 4000 subscritores da Petição - Salvem a Robinson!

É tempo destas vozes serem ouvidas! É tempo de agir!

Salvar e Valorizar a antiga fábrica corticeira Robinson é dever e responsabilidade de todos os que têm por obrigação cuidar e defender o interesse público!

Assim sendo, o Grupo Parlamentar Os Verdes propõe à Assembleia da República que delibere, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, recomendar ao Governo:

1 - O empenho e intervenção urgente, através do Ministério da Cultura e do Ministério da Economia, no sentido de garantir a salvaguarda deste valioso património industrial e arqueológico, com forte simbologia nacional e de um valor ímpar para o concelho e para a

região, e a valorização das suas potencialidades como fatores de desenvolvimento para o concelho e distrito de Portalegre, envolvendo as entidades locais com responsabilidades diretas na gestão deste património e outras entidades de âmbito local, regional e mesmo nacional, nomeadamente de cariz científico, educativo, associativo, empresarial e outras que possam vir a contribuir para o futuro da chamada "Fábrica da Rolha";

- 2 - Que a intervenção da tutela da Cultura garanta, que num curto espaço de tempo, sejam feitos o diagnóstico da situação, o levantamento e a calendarização das medidas mais urgentes a tomar, bem como garantir a execução imediata das que revelam maior emergência. A concretização de obras, mesmo que de carácter provisório, é fulcral para garantir a proteção e segurança do património edificado e do seu recheio, em especial as chaminés, o telhado e as máquinas, face a intempéries, atos de vandalismo ou outras situações que possam vir a causar perdas e danos irreparáveis do património existente.

Assembleia da República, Palácio de S. Bento, 17 de novembro de 2017

Os Deputados,

Heloísa Apolónia

José Luís Ferreira